

Resenha do livro

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora (MG): Funalfa; Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, 484 pp.

Fruto da tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense em 2009 e laureada com os prêmios Pronex/UFF Culturas Políticas e da Lei Municipal de Incentivo à Cultura da Prefeitura de Juiz de Fora, o livro de Luís Eduardo de Oliveira **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)** apresenta um importante esforço de história regional e uma bela síntese do ‘campo’ que os historiadores delimitaram recentemente como ‘Mundos do Trabalho’. Inaugurada no Encontro da ANPUH (Associação Nacional dos Professores de História) de 2001, o Grupo de Trabalho (GT) ‘Mundos do Trabalho’ propunha, entre outras questões, acabar com as “*falsas dicotomias*” que separavam os estudos sobre os ‘mundos do trabalho’ escravo e livre, ou seja, das condições de vida dos trabalhadores durante a vigência do Escravismo e ainda daqueles homens e mulheres que assistiram a passagens para o trabalho livre no final do XIX e início do XX. Evaldo Cabral de Mello já havia definido parte da importância dos estudos sobre esta questão, quando afirmou que:

Ainda está por se escrever a história do impacto da imigração europeia sobre a situação sócio-econômica do trabalhador livre e do liberto nos decênios que se seguiram à Abolição, de modo a avaliá-lo não só em termos regionais e setoriais, como também na base das diferenças entre o meio rural e meio urbano.²

Nessa perspectiva o livro de Luís Eduardo de Oliveira se apresenta como importante contribuição ampliando ainda discussão de Evaldo Cabral não somente para os decênios *posteriores* a Abolição, mas também para os críticos anos *anteriores* ao “13 de maio”. Com grande riqueza de detalhes (leia-se fontes e perspectivas de análise) Luís Eduardo mostrou como a permanência de escravos até os momentos finais do regime no município de Juiz de Fora acabou por marcar *indelevelmente* as condições e o regime dos trabalhadores livres, quer os brasileiros brancos, negros e mestiços, quer os imigrantes principalmente alemães, portugueses e italianos que chegavam em número cada vez maior na cidade e província ao final do Oitocentos.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

² MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 99.

Dividido em duas partes, a primeira se dedica a estudar a formação econômica da região, com especial destaque para o ‘fazer-se’ de suas múltiplas classes trabalhadoras em uma economia de forte caráter agroexportador e que viverá um importante processo de urbanização e industrialização que a tornará a capital regional da Zona da Mata mineira e a cidade mais rica da Província (depois Estado) de Minas Gerais – Parte I: **A formação do núcleo urbano e do proletariado de Juiz de Fora (1840 – 1910)**. Já a seção seguinte ‘narra’, no melhor sentido do termo, as condições de vida, trabalho e as organizações criadas pelos trabalhadores da cidade, tendo como marcos finais as greves de 1912 e 1920 (Parte II: **Cultura associativa e luta de classes na “cidade da ordem e do trabalho”**).

Entre os vários méritos que podemos destacar na obra, um dos primeiros é o de tratar a História *social* de Juiz de Fora a partir da dinâmica das relações *econômicas* da cafeicultura, da urbanização e da industrialização sem a tradicional dicotomia que acometem muitos estudos entre o *rural* e o *urbano*, ou ainda entre o *econômico* e o *social*. Outro ponto importante de ser notado, é que a forte matriz derivada dos estudos de E. P. Thompson que percorre toda a obra não impede Luís Eduardo de Oliveira de utilizar outros arcabouços teóricos e, por exemplo, o que é raro entre os estudiosos da área, conciliar as críticas feitas a esse autor (Thompson) com as contribuições dos estudos de Eric Hobsbawm como se depreende ainda na introdução do trabalho. Outros estudos incorporados como os de Antônio Gramsci na busca por compreender as relações entre as classes sociais diversas e a construção de um pensamento “hegemônico” ou a busca de uma “cultura políticas” entre as elites e as classes proletárias (sic) trazem ‘resultados’ não tão seguros. De todo modo tais discussões podem ser vistas particularmente na Parte I que se divide em dois capítulos.

No primeiro capítulo Primórdios do centro urbano e a formação da mão de obra: Juiz de Fora, 1840 – 1880 o autor busca entender de que forma uma sociedade escravista condicionou o trabalho de homens, mulheres e crianças ditos ‘livres’. Utilizando como fontes os dados censitários de 1853, 1872 e 1890, as “folhas de salários” de fazendas e fábricas, documentos da Câmara Municipal e ainda matérias e anúncios de oferta de trabalho e trabalhadores no jornal local “*O Pharol*” – de maneira muito criativa como destacado no prefácio pelo professor Jorge Ferreira que foi ainda o orientador da tese – Luís Eduardo demonstra como os salários e as condições de trabalho livre tinham como referência (e valores) o trabalho escravo. Para além do assalariamento *tout court*, vemos ainda a grande interpenetração de trabalhadores livres em atividades tradicionalmente atribuídas aos cativos e, a grande presença de escravos em funções atribuídas aos ‘livres’, ou “*uma demanda contínua e multifacetada por trabalhadores de distintas condições e procedências*”.³

³ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora (MG): Funalfa; Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 107.

Poucos estudos conseguiram mostrar essas continuidades entre o trabalho cativo e livre de maneira tão rica e detalhada; aprofundando ainda o que já era consenso na historiografia especializada, o autor mostra como o desenvolvimento da cafeicultura na região a partir de 1860 promoveu uma “reviravolta racial e social”, consolidando a escravidão como principal forma de trabalho no interior das fazendas e café e aumentando os espaços de atuação dos trabalhadores livres e imigrantes no núcleo urbano. Identificando as diversas faixas de ocupação dos trabalhadores da cidade, Luís Eduardo demonstra ainda – a partir de análise acurada dos censos demográficos que remontam ao pioneiro estudo de Rômulo Garcia de Andrade e secundada por exemplos tirados dos jornais⁴ – como havia inicialmente em Juiz de Fora certa indiferenciação quanto à origem étnica entre trabalhadores e, mesmo a experiência pioneira da introdução de imigrantes alemães ainda na década de 1860 para a construção da Rodovia União & Indústria somente pode ser entendida a partir da dinâmica da expansão cafeeira e a necessidade de se modernizar os transportes. Nesse ponto, apesar do excelente manejo da bibliografia de apoio em toda a pesquisa, falta a obra um estudo mais ‘denso’ sobre as razões que levaram a ‘escolha’ pelo elemento estrangeiro e da dinâmica social engendrada a partir de então.

No segundo capítulo Generalizando e estendendo o “cativo” para muito além da Abolição: o disciplinamento do mundo do trabalhador na transição para o capitalismo Luís Eduardo se utilizou do conceito de “Modernização Conservadora” para tratar do processo de crescimento urbano-industrial apontado por vários estudos pela cidade Juiz de Fora ao final do XIX. Se esse conceito foi normalmente aplicado ao processo de industrialização assistido pela economia brasileira a partir dos anos de 1930, o seu ‘uso’ em um contexto distinto (o fim do Império e início da República) permitiu relacionar o desenvolvimento econômico vigoroso pelo qual passou a cidade com as condições de vida e oferta de emprego para a população local, nas palavras do autor:

Portanto, mais do que ao desencadeamento de um “surto industrial” ou de uma “industrialização”, na passagem do século XIX para o XX, o que se assiste em Juiz de Fora é à intensificação de um processo de modernização conservadora deflagrado muito antes, entre os anos de 1850 e 1860, quando da construção e entrada em operação da rodovia União e Indústria. Na primeira década republicana, o núcleo urbano desse município assumiu, de modo claro, as características fundamentais de uma típica cidade-fábrica capitalista, ou seja, de um adensamento populacional de porte médio (pelo menos para os padrões brasileiros da época), habitado majoritariamente por trabalhadores despossuídos e que se encontravam

⁴ ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, Século Dezenove**. Tese de Doutorado, São Paulo: PPGHS / USP, 1995.

envolvidos num leque bastante variado de atividades produtivas.⁵

Nesse sentido o autor ‘foge’ das análises mais econômicas ou de controvérsias historiográficas como “complexo agro-exportador”, “industrialização periférica” ou relação “centro-periferia”. Se, por um lado isso permitiu uma análise acurada das atividades econômicas do núcleo urbano, com um rico e variado conjunto de fontes – conforme iremos detalhar – por outro se perdeu a possibilidade de cotejar Juiz de Fora com outros centros econômicos de expressão no final do Oitocentos, esforço que, de todo modo, fugia ao escopo da obra, mas que tem sido tentado por autores como Renato Leite Marcondes e seu último livro.⁶

Luís Eduardo de Oliveira empreendeu neste capítulo admirável esforço para identificar e ‘classificar’ as empresas e empreendimentos que na cidade, absorviam parte significativa dos “trabalhadores despossuídos” em sinal distinto (embora não contrário) ao das tradicionais atividades urbanas e domésticas (como construção civil, criadagem, comércio, etc.). A estratificação da mão de obra assumiu assim características de uma economia com grande nível de especializações, porém essas divisões não seriam frutos de divisões ‘étnicas’ ou mentais, o que reforçaria o ‘mito’ dos imigrantes europeus como os principais responsáveis pela modernização da economia brasileira. Nas palavras do autor:

(...) acredito que as contribuições fundamentais dadas por esses imigrantes ao “progresso” e à “industrialização” do município (...) foram decorrentes muito mais de sua integração ao proletariado numeroso e etnicamente diversificado que movimentou e fez crescer os distintos empreendimentos aos poucos instalados na cidade do que propriamente como capitalistas e proprietários de estabelecimentos mercantis e fabris.⁷

As principais fontes de pesquisa foram os *Almanacks* da Cidade (publicados em toda a década de 1890), além do *Álbum do Município de Juiz de Fora* (de 1915) e os jornais “*O Pharol*” e o “*Jornal do Commercio*” (para todo o período) dados de grande dispersão e dificuldades para serem coligidos. O esforço empreendido se traduziu em uma das melhores análises sobre o crescimento econômico da cidade no final do XIX e início do XX e nos Anexos (principalmente os quadros II, III e IV) extremamente ricos e pormenorizados que se tornaram leitura obrigatória para quaisquer interessados no estudo da Indústria na cidade no período.

⁵ OLIVEIRA, op. cit. pp. 133 e 134.

⁶ MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870**. Ribeirão Preto: FUNPEC=Editora, 2009. A obra citada representa um importante esforço de síntese e análise da Economia do Brasil Império, tentando integrar as múltiplas diversidades regionais em uma explicação coerente com o desenvolvimento do país nesse período.

⁷ OLIVEIRA, op. cit., pp. 105 e 106.

Se o esforço na primeira parte foi o de captar as condições gerais da economia da região e sua influência nas condições de trabalho, a segunda parte da pesquisa (que também se divide em dois capítulos) assume caráter notadamente social, ao estudar, através de um também amplo conjunto de fontes, as diversas experiências pelas quais os trabalhadores da cidade se defrontaram. O marco cronológico da Abolição (ou a década de 1880) praticamente se impõe como ‘divisor de águas’ dos dois períodos e as heranças da escravidão passam a ser buscadas nas diversas experiências com as quais as classes proletárias de Juiz de Fora irão se defrontar e que, segundo o autor, será fundamental na formação de uma “cultura política”.

No terceiro capítulo Exploração social, resistência de classe e condições de vida em Juiz de Fora na virada do século Luís Eduardo inicia com a análise de algumas obras literárias de escritores que viveram na cidade no período – notadamente Pedro Nava, Murilo Mendes e Rachel Jardim – descrevendo “*as rotinas de serviço e o tratamento dispensado às cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras, amas de leite e amas-secas que serviram a seus pais e parentes mais próximos*”.⁸ Essas ‘memórias’ servem de fio-condutor para a discussão sobre as formas de exploração ‘antigas’ e ‘modernas’ aos quais os proletários da cidade estavam submetidos. Entremendo essas narrativas com relatos novamente coligidos dos jornais (como acidentes de trabalho, denúncias, protestos de leitores, etc.) e documentos expedidos pela Câmara Municipal o autor recupera uma metodologia semelhante a já utilizada por Elione Silva Guimarães outra pesquisadora fundamental para o estudo das camadas subalternas da região da Mata mineira no período.⁹

Ao final desse capítulo, as lutas por direitos dos trabalhadores começam a emergir e a se impor a partir de um ‘estudo de caso’ (no caso, a Associação dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora AEC, fundada em 1903) e que, apesar de inicialmente possuir “*caráter beneficente e recreativo*” passa rapidamente mostrar “*uma compreensão coletiva da importância da organização para o encaminhamento e conquista das reivindicações dessa categoria profissional*” notadamente no movimento que atravessou a cidade a partir de 1904 pelo descanso semanal obrigatório aos domingos.¹⁰

O quarto e último capítulo é intitulado O despertar dos explorados: cultura associativa e lutas por direitos na antiga Manchester Mineira e traz como conclusão ‘não reflexa e não direta’ da construção da “*cultura política do heterogêneo proletariado de Juiz de Fora*”.¹¹ Remontando as primeiras associações de caráter classista da cidade (quer ‘patronal’, quer ‘operária’) o autor empreende outro esforço

⁸ Idem, p. 236.

⁹ Estamos nos referindo especificamente ao trabalho fruto de sua tese de doutorado GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928)**. São Paulo, Juiz de Fora: Annablume, FUNALFA Edições, 2006.

¹⁰ Idem, pp. 287 e 289.

¹¹ Idem, p 31.

notável e, doravante, fundamental de levantamento da história dessas instituições que há bem pouco tempo passaram a ser objeto de pesquisa dos estudiosos. O quadro anexo ao livro de número XIII traz em si uma prova que incontestavelmente apóia a ideia central do livro, Luís Eduardo levantou informações sobre 29 associações proletárias surgidas na cidade entre 1899 e 1920 o que corrobora a construção de identidade(s) política(s) entre os trabalhadores da Cidade.

Tal esforço é complementado ainda com o estudo das “*Greves, mobilizações, comemorações e protestos proletários*” ocorridos em Juiz de Fora e que foram noticiados pela imprensa local. Cerca de 27 ‘episódios’ foram identificados entre 1890 e 1912 (quadro XI do Anexo) o que dá a dimensão das lutas reais travadas por esses trabalhadores por direitos tomados aqui em sentido *lato*. A simples constatação da existência de associações movimentos proletários na cidade seria indicativo preciso de sua existência e importância, porém a seriação e análise dos mesmos ao longo do período mostram bem o processo dinâmico instaurado em Juiz de Fora e, do temor das classes dominantes na reiteração de sua dominação sobre o conjunto da sociedade.

Exatamente nesse ponto, entendemos que a pesquisa de Luís Eduardo ‘aponta por ausência’, uma nova senda de investigação. Ao longo da obra, percebemos certa homogeneização nos tratamentos dos grupos dominante locais, indistintamente chamados de “elites políticas”; “locais” “agrárias”, “mercantis-manufatureiras”, etc. As diferenças e conflitos *intra-corporis* dos distintos grupos dominantes no controle dos trabalhadores são praticamente postos de lado, bem como os conflitos dos grupos locais em relação às dimensões maiores do Estado Brasileiro (quer Província/Império, quer Estado/Governo Federal) que não são sequer mencionados.

Obviamente tais constatações assumem um tom hiper-crítico e não retiram da obra o brilho e a excelente acolhida que o livro **Os trabalhadores e a cidade** merece ter e, certamente, está tendo entre o(s) público(s) interessado/especializado em perceber as nuances de uma História por demais rica e importante. Luís Eduardo de Oliveira ajudou a recompor passados ao desafiar o vaticínio de todo pessimista de Antônio Gramsci quando o mesmo afirmou que “*A História dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica*”.¹² Se levarmos em conta a compreensão do pensador sardo para quem a história poderia servir de tomada de consciência pelos setores excluídos de seu processo de exclusão, podemos afirmar que a História, como todas as demais Ciências Políticas é, por definição, espaço de escolhas políticas e que “*não há nada que você possa saber que não possa ser conhecido*”.

¹² GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 491.